

PODER JUDICIÁRIO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL



APRESENTAÇÃO

PRINCIPAIS AÇÕES

DESAFIOS

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXOS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

ÓRGÃO 11000
DEZEMBRO DE 2021

I - APRESENTAÇÃO

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. É de sua responsabilidade a solução definitiva dos casos civis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada. O STJ é responsável também pela administração da Justiça Federal, por meio do Conselho da Justiça Federal. A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados funciona junto ao tribunal.

Destaca-se que o STJ tem acompanhado a evolução da Contabilidade Pública, atuando de forma ativa nos processos de mudanças definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, o que tem permitido maior transparência da gestão pública realizada por esta Corte.

A contabilidade pública na Corte é resultado dos atos e fatos administrativos exercidos pelo Ordenador de Despesas, pela área de execução orçamentária e financeira e área de gestão patrimonial e almoxarifado. De outra forma, a Seção de Conformidade e Orientação Contábil - SECOC, de acordo com o Manual de Organização desta Corte, compõe a estrutura da Secretaria de Administração e, conforme o item 10.4, exerce as atribuições de Setorial Contábil de Órgão Superior neste Tribunal.

A verificação documental em processos de pagamentos que dão suporte aos lançamentos contábeis é realizada, no âmbito das unidades gestoras 050001 e 050002, pela Secretaria de Orçamento e Finanças deste Órgão, designada especificamente para a realização da conformidade dos registros de gestão em observância ao princípio da segregação de função.

Quanto à atividade de conformidade contábil, cabe relatar que esse procedimento tem como objetivo assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema do governo federal em que são executados os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Essas atividades, dentre outras, incluem:

1. analisar e avaliar a consistência das Demonstrações Contábeis dos órgãos e das entidades vinculadas, solicitando providências quanto às regularizações das impropriedades detectadas nos registros contábeis;
2. recomendar os ajustes contábeis quando necessários à integralidade e à tempestividade da informação contábil;
3. acompanhar, orientar e apoiar tecnicamente as áreas administrativas sobre procedimentos contábeis e aplicação de normas para o registro fidedigno dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em consonância com as diretrizes dos órgãos superiores do sistema de contabilidade;
4. apoiar a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central de contabilidade, no avanço e no aperfeiçoamento das rotinas e dos procedimentos contábeis;
5. conciliar os saldos contábeis com os relatórios mensais de bens móveis e com o almoxarifado do STJ;
6. registrar da conformidade contábil e publicar as demonstrações contábeis;

7. executar atividades relacionadas ao encerramento do exercício, de acordo com a normatização publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e recomendações do Tribunal de Contas da União.

8. A gestão de custos, nos termos da NCB TSP 11 e NBC T16.11, é informado pela Secretaria de Orçamento e Finanças desta Corte na seção “Resultados da Gestão” inserido no Relatório de Gestão do Exercício de 2021.

O resultado das análises das demonstrações financeiras e demais relatórios do SIAFI é evidenciado na conformidade contábil mensal realizada por esta Setorial Contábil e pelo contador responsável do STJ, de acordo com os procedimentos descritos no Manual do SIAFI e a Macrofunção 02.03.15 – Conformidade Contábil, cujos relatórios mensais podem ser acessados no Portal de Transparência do STJ - [https://transparencia.stj.jus.br/demonstracoes-contabeis/..](https://transparencia.stj.jus.br/demonstracoes-contabeis/)

II - PRINCIPAIS AÇÕES

A Setorial Contábil do STJ tem buscado incessantemente aperfeiçoar a qualidade das informações contábeis sob sua responsabilidade e, para isso:

1. Analisa integralmente as folhas de pagamento de pessoal tendo em vista que as despesas dessa natureza consomem acima de 70% por cento dos recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária e que são destinados a este Órgão;
2. Acompanha mensalmente os registros contábeis da gestão patrimonial do STJ por meio de análises do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) e Relatório de Movimentação de Bens (RMB);
3. Capacita comissões na realização de avaliação de bens a serem executadas no presente exercício;
4. Executa a conciliação contábil de contratos, garantias, termos de execução descentralizada, retenção de fornecedores, créditos administrativos, registros de intangíveis e imóveis sob gerencia deste órgão;
5. Verifica a execução dos pagamentos de passivos de precatórios e requisições de pequeno valor, da União, de entidades federais e demais entes da Federação;
6. Elabora orientações contábeis com resultado em análise dos demonstrativos do SIAFI, em especial a rotina SIAFI “auditores contábeis”;
7. Acompanha os restos a pagar, visando à redução do estoque com a finalidade de minimizar os impactos no limite financeiro imposto pelos normativos federais relacionados a esta matéria.

III - DESAFIOS

Os desafios para se alcançar a eficiência da conformidade contábil neste Tribunal incluem:

1. Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, sempre observando as orientações do Órgão Central de Controle Externo e da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, com vistas a permitir que Balanços Contábeis reflitam a exata execução da Lei Orçamentária Anual e os registros patrimoniais afins;

2. Garantir a correta contabilização dos todos os fatos e atos orçamentários, financeiro e patrimonial desta Corte, por meio da aplicação de normas de contabilidade pública, demonstrando com fidelidade as ações realizadas;
3. Fornecer à administração informações atualizadas e exatas de sua competência para subsidiar a tomada de decisões;
4. Especializar-se como unidade de assessoramento no campo da contabilidade pública;
5. Subsidiar o STJ na transparência pública dos atos e fatos de sua gestão, no que diz respeito aos aspectos contábeis;
6. Aperfeiçoar a comunicação com as unidades gestoras internas para cumprimento das normas contábeis pertinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial;
7. Trabalhar estrategicamente pela satisfação dos públicos externo (Sociedade e Tribunal de Contas) e interno (ordenador de despesa, controle interno, áreas de gestão orçamentária e financeira), por meio da prestação adequada de serviços contábeis, com qualidade e celeridade, tendo como foco a aplicação correta das normas federais correlatas à matéria;
8. Emitir Notas Explicativas de forma organizada e estruturada, fazendo uso da referência cruzada, ou seja, associação entre a informação da Demonstração Contábil com o texto da Nota Explicativa, visando o melhor entendimento por parte dos usuários das informações.

IV - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do STJ são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei 200/1967, do Decreto 93.872/1986, da Lei 10.180/2001 e da Lei Complementar 101/2000, a partir das informações constantes no Siafi. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), inclusive o NBC TSP 11, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual do SIAFI. Com isso, almeja-se aumentar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras desta Corte, além de possibilitar sua comparabilidade com outras unidades integrantes do SIAFI.

As estruturas e a composição das demonstrações estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Desta forma, são compostas pelos (as):

- 1) Balanço Patrimonial (BP);
- 2) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- 3) Balanço Orçamentário (BO);
- 4) Balanço Financeiro (BF) e;
- 5) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Ressalta-se que o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) não compõe as Demonstrações Contábeis em questão, pois, conforme estipula o MCASP (2018, 8ª ed.), sua publicação é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Tendo em vista que o STJ não se enquadra como tal, a DMPL não será apresentada

Por sua vez, as Notas Explicativas (NE), partes integrantes das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários

Para garantia da confiabilidade das demonstrações contábeis, são executados controles e verificações regulares com escopos específicos, abrangendo os lançamentos e procedimentos contábeis considerados relevantes e de maior risco de comprometimento das informações. Adotam-se, assim, padrões compatíveis com as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Tribunal de Contas da União.

As Demonstrações Contábeis do Órgão 11000 – Superior Tribunal de Justiça - a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social **até 31 de dezembro de 2021**.

IV – 1) BALANÇO PATRIMONIAL - BP

Evidencia os ativos, os passivos e o patrimônio líquido, além de demonstrar sua evolução de 2021 em relação a dezembro de 2020. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Superior Tribunal de Justiça com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira desta Corte.

ATIVO	NE	DEZ21 (R\$)	DEZ20 (R\$)
ATIVO CIRCULANTE		398.728.517,24	318.068.690,57
Caixa e Equivalente de Caixa	01	374.525.517,51	296.292.142,94
Créditos de Curto Prazo	02	21.015.352,32	17.900.228,57
Demais Créditos e Valores - Curto Prazo	02	-	-
Estoques	03	3.155.526,34	3.835.893,78
VPDs pagas Antecipadamente.		32.121,07	40.425,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE		431.449.332,36	428.396.944,00
Ativo Realizável a Longo Prazo (LP)		139.614,15	126.050,63
Demais Créditos e Valores a LP	02	776.256,32	762.427,60
(-) Ajustes Perdas em Cred a LP	02	-636.642,17	-636.376,97
Imobilizado	04	385.391.274,45	389.947.249,04
Bens Móveis		65.355.398,76	78.266.787,94
Bens Móveis		88.969.495,96	85.560.736,21
(-) Depreciação		-23.614.097,20	-7.293.948,27
Bens Imóveis		320.035.875,69	311.680.461,10
Bens Imóveis		320.401.378,08	311.970.765,36
(-) Depreciação		-365.502,39	-290.304,26
Intangível	05	45.918.443,76	38.323.644,33
TOTAL		830.177.849,60	746.465.634,57

PASSIVO + PATRIMONIO LÍQUIDO	NE	DEZ21 (R\$)	DEZ20 (R\$)
PASSIVO CIRCULANTE		185.838.918,92	163.142.234,88
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg CP	06	56.915.299,35	279.637,24
Fornec. e Contas a Pagar – CP		1.215.930,84	80,00
Provisões a Curto Prazo	06	42.468.464,11	86.473.998,00
Demais Obrigações a CP		85.239.224,62	76.388.519,64
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		33.542,35	1.953.795,37
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg. LP		-	-
Provisões a Longo Prazo	07	33.542,35	1.953.795,37
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		644.305.388,33	581.369.604,32
Demais Reservas		1.565,58	-
Resultado Acumulados		644.303.822,75	581.369.604,32
Resultado do Exercício		34.863.647,33	118.933.245,57
Result. de Exerc. Anteriores		581.369.604,32	381.723.858,37
Ajustes de Exerc. Anteriores		28.070.571,10	80.712.500,38
TOTAL		830.177.849,60	746.465.634,57

DEMAIS INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	NE	DEZ21	DEZ20
1.SALDO PATRIMONIAL			
Ativo Financeiro + Ativo Permanente		830.177.849,60	746.465.634,57
Passivo Financeiro + Passivo Permanente		(228.477.394,84)	(204.540.933,98)
TOTAL	08	601.700.454,76	541.924.700,59
2 QUADRO DAS COMPENSAÇÕES ATIVAS			
Garantias/Contrag. Rec.a Exec		22.049.669,60	18.846.030,34
Dir.Conv/Instr/Cong. a Rec.		-	-
TOTAL	09	22.049.669,60	18.846.030,34
3 QUADRO DAS COMPENSAÇÕES PASSIVAS			
Exec. dos Atos Potenciais		367.297.339,67	267.997.250,50
Ob. Conv./Out/Inst. Cong.a Lib.		2.875.023,84	2.537.043,97
Obrig. Contratuais a Exec.		364.422.315,83	265.460.206,53
TOTAL	10	367.297.339,67	267.997.250,50
4.DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
Destinação de Recursos			SUPERÁVIT
Recursos Ordinários			200.482.189,74
Recursos Vinculados			40.094.793,08
TOTAL	08		240.576.982,82

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

MOEDA FUNCIONAL E SALDOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

A moeda funcional do STJ é o Real e os saldos em moedas estrangeiras, quando ocorrem, são convertidos para moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no Banco Central - BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de pessoal e suprimentos de fundos, créditos por dano ao patrimônio e decorrentes de folha de pagamento e créditos a receber por cessão de pessoal. Os créditos relacionados com os danos ao patrimônio são mensurados e avaliados pelo valor original e suas atualizações monetárias e incidências de juros de mora são calculados por meio do aplicativo 'Sistema de Débito' disponibilizado no sítio web do Tribunal de Contas da União - TCU.

ESTOQUES

Os estoques são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos de longo prazo relacionados com créditos a receber decorrentes de folha de pagamento e danos ao patrimônio e cuja atualização monetária e incidência de juros de mora é calculado pelo 'Sistema de Débito' do sítio web do Tribunal de Contas da União. Os créditos inferiores a R\$ 1.000,00 (hum mil reais) não são inscritos em dívida ativa, conforme comandos da Portaria/MF nº 75/2012. Após 05 (cinco) atualizando e não alcançando o valor mínimo de inscrição, os referidos créditos são baixados em contas de ajustes de perdas.

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, redução ao valor recuperável e/ou reavaliação. A atualização dos valores históricos dos bens imóveis é realizada anualmente com base nos percentuais de imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) fornecidas pelo Governo do Distrito Federal.

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O gerenciamento dos inventários patrimoniais desta Corte é executado por sistema informatizado próprio, ora denominado Sistema Administra, no qual são executados os cálculos das depreciações, amortizações, avaliações, dentre outras rotinas.

INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades jurisdicionadas do STJ ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

DEPRECIÇÃO

A depreciação se refere ao decréscimo no benefício de um bem tangível durante o período contábil decorrente de sua utilização, tendo em vista a deterioração/obsoletismo e a utilidade desse bem à instituição. Constam na Instrução Normativa STJ/GP n. 20 de 22 de novembro de 2019 as metodologias de cálculos da depreciação e avaliação dos bens móveis e imóveis e a amortização de intangíveis desta Corte (<https://transparencia.stj.jus.br/patrimonio-e-obras/avaliacao-e-depreciacao-de-bens/>).

DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação de bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. A depreciação destes bens móveis ocorre a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de seu tombamento, tendo como método de cálculo o das quotas constantes.

DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis do STJ é apurado mensal e automaticamente pelo Sistema SPIUnet, sobre o valor depreciável do bem, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art. 7º da Portaria Conjunta STN/SPU 703, de 10/12/2014). A depreciação é calculada a partir do dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

As obrigações do STJ são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das Variações Monetárias e Cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, provisões e demais obrigações. Por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional/STN c/c o Acórdão TCU nº 1331/2019 registraram-se contabilmente as obrigações de precatórios e RPV nos passivos dos órgãos devedores originários sensibilizando nesta Corte apenas contas de controle, metodologia aplicada conforme Nota Técnica SPO/CJF nº 001/2019. Reconheceram-se as despesas cujo fato gerador já tenha ocorrido, mas os procedimentos da liquidação da despesa ainda não tenham sido concluídos, por meio de registros de provisão para pagamento de Restos a Pagar não Processados (RPNP) nas contas de passivos “outras provisões de curto prazo”.

ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado do Exercício é o saldo resultante da comparação entre as Variações Patrimoniais Ativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Passivas (VPD) com os superávits ou déficits do exercício e superávits ou déficits acumulados saldo de ajustes dos Exercícios Anteriores.

SALDO PATRIMONIAL

É a diferença entre o total do ativo (ativo financeiro + ativo permanente) formado pela soma dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, e o total do passivo (passivo financeiro + passivo permanente), composto pela soma dos grupos Passivo Circulante e Passivo Não Circulante com o total inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) no exercício e com os Restos a Pagar Não Processados inscritos no ano anterior mas ainda não liquidados no exercício corrente.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o somatório dos valores disponíveis nas Contas “Demais Contas – Caixa Econômica Federal/CEF” e “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento”. A primeira registra as cauções recebidas, enquadradas como depósitos restituíveis, ou seja, são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias, sendo suas rentabilidades acompanhadas neste exercício por meio do Processo STJ nº 4455/2020. Já a segunda conta, indica os recursos financeiros disponíveis para o STJ e estão distribuídos por fontes conforme Anexo I. As fontes 100, 144, 151 e 169 equivalem a cerca de 96,08% das disponibilidades financeiras atuais, sendo mantidas com recursos ordinários do Tesouro Nacional – Exercício Corrente – para aplicação nas atividades jurisdicionais desta Corte, sem contrapartida.

NOTA 02 – CREDITOS/DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO/LONGO PRAZO

Correspondem aos créditos em desfavor de terceiros por danos ao patrimônio do STJ e/ou acertos em folha de pagamento de pessoal sendo seu acompanhamento realizado via processo STJ n. 6442/2015. São monitorados ainda os créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos e o “Adiantamento – Termo Execução Descentralizada”. Na tabela a seguir estão os saldos dos referidos créditos, estando os TEDs detalhados no Anexo VI. A variação expressiva no item ‘Créditos a receber por cessão de pessoal’ justifica-se, em especial, por recursos a receber da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal no valor de R\$ 124.482,39 e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, no valor de R\$ 109.343,41 (ver conta Sistema SIAFI 11381.12.00).

CONTAS	DEZ/21 (R\$)	DEZ/20(R\$)	AH(%)
Créditos p/ Danos ao Patrimônio - Folha de Pagamento	682.908,72	649.838,89	5,09%
Créditos por Danos ao Patrimônio – Terceiros	113.294,93	113.294,93	0,00%
Créditos a receber por cessão de pessoal	261.873,49	1.395,05	18671,62%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	1.672.952,28	1.428.623,28	17,10%
TOTAL	2.731.029,42	2.193.152,15	24,53%

A seguir, serão detalhados os ajustes para eventuais perdas dos créditos por danos ao patrimônio sendo calculados em consonância com a Macrofunção nº 020342 tendo como base o histórico de seus recebimentos. Eventuais ajustes são lançados no Sistema SIAFI na Conta Contábil 12121.99.01.

Memória de Cálculo (Contas 113410101; 113410102, 121210401 e 121210402)			
	2019	2020	2021
Cred Adm Danos ao Patrimônio (A)	R\$ 691.973,32	R\$ 775.461,25	R\$ 796.203,65
Baixas Diversas* (B)	R\$ 870,98	R\$ 12.327,43	R\$ 12.389,27
% de Baixas Diversas (C) = (B) / (A)	0,13%	1,59%	1,56%
Créd. Adm – Baixas Diversas (D) = (A) – (B)	R\$ 691.102,34	R\$ 763.133,82	R\$ 783.814,38
Créditos Administrativos Recebidos (E)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
% recebido = (E) / (D)	0,00%	0,00%	0,00%

*Valores baixados ou por inscrição em dívida ativa ou por impossibilidade de recebimento após autorização do Diretor-Geral.

Média percentual de Recebimento dos Créditos Administrativos no período de 2019 a 2021 = 0%

Média percentual de Baixa por Inscrição em Dívida Ativa ou Impossibilidade de Recebimento no período de 2019 a 2021 = 1,09%

NOTA 03 – ESTOQUES

O Relatório de Movimentação de Almoxarifado - RMA, no final de dezembro 2021, apresenta o saldo acumulado de entradas de material no total R\$ 4.137.981,58, saídas de R\$ 4.818.349,02 e saldo final de estoque no montante de R\$ 3.155.526,34. As aquisições mais relevantes até a presente data (considerando maior variação percentual e monetária em relação ao saldo final do exercício anterior) são: “Material de Acondicionamento e Embalagem” (124,24%), documento SIAFI 2021NS014480; e “Material Hospitalar” (219,85%), documento SIAFI 2021NS006566 e 2021NS006620. Observou-se a variação negativa de 17,74% entre o saldo final do almoxarifado de 2021 e àquele do encerramento de 2020, estando tais informações detalhadas no Anexo II. Eventuais divergências entre valores registrados no SIAFI e àqueles apresentados no RMA estão justificadas no processo STJ nº 0952/2021.

NOTA 04 – IMOBILIZADO

O saldo atual deste grupo é R\$ 385.391.274,45 sendo o mesmo subdividido em bens móveis e bens imóveis.

- **BENS MÓVEIS**

O valor total corresponde ao registro de bens móveis no final do exercício de 2021 no SIAFI é de R\$ 88.969.495,96 e a distribuição de valores no Relatório de Movimentação de Bens - RMB (Anexo III) é: **1)** R\$ 3.857.312,22 - entradas orçamentárias e extraorçamentárias e/ou reavaliações; **2)** R\$ 599.236,86 - doações, baixas por depreciação e redução a valor recuperável e; **3)** R\$ 84.837.599,82 representando o saldo final. A diferença observada entre o referido relatório e o sistema SIAFI, de R\$ 4.131.896,14 justifica-se pelo fato de o sistema de gestão patrimonial do STJ, o Administra, não efetuar registros parciais da execução de contratos.

Comparando o saldo de encerramento do exercício anterior e o atual, observa-se acréscimo de aproximadamente 3,99% no acervo patrimonial desta Corte, sendo a variação monetária mais relevante observada em 2021 no Item “Servidores (Storage)”, no total R\$ 2.121.600,00, documento SIAFI 2021NS013511. A diferença do saldo total de bens entre o Relatório RMB e aquele informado na conta SIAFI 12310.00.00 – Bens Móveis - decorre dos seguintes fatos: as entradas e saídas da conta 12311.99.10 (Material de Uso Duradouro), saldo no SIAFI de R\$ 3.175.463,10, são controlados no Relatório de Movimentação de Almoxarifado – RMA e não no RMB.; e pela liquidação parcial (30%) do Contrato 15/2013, registrado no Sistema SIAFI com o valor de R\$ 956.433,04, e que será registrado no Sistema Administra apenas quando for totalmente liquidado. Demais divergências no referido relatório são justificadas no processo STJ nº 1956/2020, constando do Anexo III a relação detalhada de cada grupo de bens móveis e suas respectivas variações. As informações relacionadas com bens em processo de localização, sob responsabilidade de terceiros, cedidos a outros órgãos e cessão de espaço de uso estão relacionados no Anexo IV.

- **BENS IMÓVEIS**

Os “Bens Imóveis de Uso Especial” estão registrados no sistema SPIUnet e se referem aos imóveis sob gerência desta Corte estando todos localizados em Brasília. O saldo atual dos referidos bens consta do Sistema SIAFI e, excluindo a depreciação acumulada no valor de R\$ 365.502,39, perfaz a monta de R\$ 320.035.875,69, tendo sido esse montante atualizado em 2,67% em observação as regras dispostas na

Instrução Normativa STJ nº 20/2019 (ver processo STJ nº 6420/2015). Demais informações relacionadas com o presente grupo patrimonial estão relacionadas no Anexo V.

NOTA 05 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES)

Representa os softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por este órgão cujo saldo no SIAFI até a presente data é R\$ 45.918.443,76. Comparando o saldo atual deste grupo com aquele do encerramento de 2020, constata-se aumento de investimento na ordem de 19,82%. A amortização acumulada do período é de R\$ 182.748,50.

NOTA 06 – PASSIVO CIRCULANTE

- **OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS – CURTO PRAZO**

A variação significativa observada neste grupo decorreu do fato de as obrigações com férias a pagar terem se acumulado nos anos de 2020 e 2021 visto que uma grande quantidade de servidores deste órgão ainda tem férias a usufruir referente ao mencionado período. Os ajustes foram realizados em conformidade com a macrofunção 021142 – Folha de Pagamento. No encerramento do exercício de 2021, em atenção a orientações da Secretaria do Tesouro Nacional/STN e do Tribunal de Contas da União, este por meio do c/c o Acórdão TCU nº 1331/2019, foram registrados os compromissos judiciais relativos a precatórios nos passivos dos órgãos originários das referidas despesas sensibilizando nesta Corte apenas a conta de controle SIAFI 89991.04.04 - Precatórios a Pagar – Poder Judiciário. (Processo STJ n. 72 e 29.594/2021).

Consta do Anexo VII a relação de passivos de precatórios registrados entre 02/07 a 31.12.2021 e àqueles registrados em decorrência da LOA 2021.

- **FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR – CURTO PRAZO**

A variação observada refere-se, em sua maioria, ao cancelamento do empenho 2021NE000034, emitido com indicação de passivo anterior, que aumentou em R\$ 1.139.371,43 o saldo ISF 'P' da conta 21311.04.00 (Contas a Pagar Credores Nacionais), destacando que o mencionado valor segue pendente de baixa e será regularizado no exercício de 2022.

- **PROVISÕES A CURTO PRAZO**

Registrou-se no encerramento deste exercício o total de R\$ 42.461.364,10 distribuído entre as contas de provisão 21791.05.00 (Provisão para Serviços de Terceiros), 21791.99.00 (Outras Provisões – Curto Prazo) e 21792.99.00 (Outras Provisões – Curto Prazo – Intraorçamentária) para viabilizar o reconhecimento de despesas diversas (VPD's) cujo fato gerador ocorre no exercício corrente mas sua efetiva liquidação e pagamento se dará apenas no ano seguinte, por intermédio de empenhos inscritos em restos a pagar. Destaca-se que os R\$ 86.473.998,00 registrados em dezembro de 2020 referem-se ao registro de provisões para pagamento de RPVs nos termos da Lei Orçamentária Anual – LOA de 2020. Em 2021, em atendimento às orientações da Secretaria do Tesouro Nacional/STN e do Tribunal de Contas da União (Acórdão TCU nº 1331/2019), essas provisões foram registradas nos órgãos de

origem do débito, sendo lançado neste STJ apenas atualização no saldo das contas de controle 89991.04.05 e 89991.04.06.

- **DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO**

Saldo deste grupo é composto pela soma dos créditos retidos de fornecedores (conta 21881.01.28), no valor total de R\$ 4.310.377,18, das cauções recebidas a título de garantia contratual (conta 21881.04.02), no valor de R\$ 88.150,90, e dos precatórios de terceiros (conta 21891.13.00) no valor de R\$ 80.835.058,28, constando desta última o saldo de R\$ 70.662.386,24 referente ao empenho 2020NE001215 que foi inscrito em restos a pagar processados e o valor de R\$ 10.172.672,04 relativo ao reforço do empenho 2021NE000934.

NOTA 07 - PROVISÕES DE LONGO PRAZO

A variação de saldo entre 2021 e 2020 decorreu do pagamento de despesas administrativas de pessoal no valor de R\$ 1.920.235,02 devido ao CPF 061.233.991-28. A composição dos demais saldos são: **1)** R\$ 13.579,23 (CPF: 549.151.987-15) e **2)** R\$ 19.963,12 (CPF: 660.522.209-10).

NOTA 08 – DEMAIS INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS - SALDO PATRIMONIAL

O saldo superavitário de R\$ 240.576.982,82 indica que a soma dos passivos financeiros a pagar com os compromissos inscritos em RP's é menor que os recursos financeiros disponíveis para suas liquidações.

NOTA 09 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS – QUADRO DAS COMPENSAÇÕES ATIVAS

Os saldos potenciais ativos dizem respeito às garantias colocadas à disposição deste Tribunal quando da assinatura de contratos para prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens. Consta do Sistema SIAFI, ao final deste exercício, o saldo de R\$ 22.049.669,60, sendo assim distribuídos: R\$ 21.635.828,41 (98,12%) – Seguros Garantias; R\$ 325.690,29 (1,48%) – Fianças; e R\$ 88.150,90 (0,40%) – Cauções.

NOTA 10 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS – QUADRO DAS COMPENSAÇÕES PASSIVAS

Os atos potenciais passivos estão relacionados aos Termos de Execução Descentralizada (TED's) e aos contratos firmados entre o STJ e terceiros para prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, aquisição de seguros e locação de espaços.

O total registrado dos TEDs é de R\$ 7.419.092,59, o montante de recursos repassados foi de R\$ 4.544.068,75; àqueles comprovados foram R\$ 2.871.116,47, enquanto o total a repassar é de R\$ 2.875.023,84 (Obrigações Conv/Out/Inst. Cong a liberar) informações estas detalhadas no Anexo VI.

As obrigações contratuais **em execução** atualmente alcançam o volume de R\$ 364.422.315,83 assim distribuídos: **a)** R\$ 344.981.429,41 - serviços; **b)** R\$ 92.516,33 - aluguéis; **c)** R\$ 19.338.990,09 - fornecimento de bens; e **d)** R\$ 9.380,00 - seguros. Observa-se que os compromissos Contratuais relacionados com serviços representam aproximadamente 94,67% do total das obrigações assumidas pelo STJ.

IV – 2) DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Evidenciam as alterações verificadas no patrimônio do STJ, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. A Demonstração de Variação Patrimonial (DVP) tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

DESCRIÇÃO	N.E.	2021 (R\$)	2020 (R\$)
Taxas		47.881.807,06	44.003.378,68
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.087.715,79	1.033.643,12
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		974,86	179,87
Transferências e Delegações Recebidas		2.106.790.126,13	1.891.812.016,48
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.297.589,14	278.689,81
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		19.911.639,97	33.727.180,54
Reavaliação de Ativos		9.009.788,09	26.848.366,90
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.760.749,94	3.357.889,31
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.760.749,94	3.354.327,34
TOTAL	11	2.178.433.013,75	1.973.934.288,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

DESCRIÇÃO	N.E.	2021 (R\$)	2020 (R\$)
Pessoal e Encargos		942.363.723,85	869.214.516,61
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		410.607.066,39	396.259.082,54
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		271.999.577,62	325.460.860,59
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	323,28
Transferências e Delegações Concedidas		160.709.614,45	127.686.261,77
Transferências Intragovernamentais		151.878.216,03	126.902.285,29
Outras Transferências e Delegações Concedidas		2.685.051,44	777.802,13
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		309.782.886,42	12.936.700,30
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		669.989,41	4.276.830,76
Perdas Involuntárias		43.183,12	47.033,32
Incorporação de Passivos		306.545.075,00	-
Desincorporação de Ativos		2.524.638,89	8.612.836,22
Tributárias		243.537,91	173.067,33
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		33.934,01	31.133,21
Contribuições		209.603,90	141.934,12
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		47.862.959,78	123.270.230,011
TOTAL	12	2.143.569.366,42	1.855.001.042,43
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		<u>34.863.647,33</u>	<u>118.933.245,57</u>

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial do período é apurado nesta demonstração pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passará a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) no encerramento do exercício. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas por este Órgão provocaram alterações no patrimônio desta Corte, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade

TAXAS

Referem-se às custas judiciais de interposição de recursos no STJ e/ou ajuizamento de ações originárias nesta Corte. Apesar destes valores sensibilizarem a conta SIAFI “Taxa pela Prestação de Serviços” deste Órgão, os referidos recursos financeiros são creditados diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, tendo como favorecida a Coordenação-Geral de Programação Financeira.

EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A maioria das receitas deste grupo está relacionada com a arrecadação de receitas de serviços administrativos e cessão de espaços internos para exploração de serviços diversos (restaurantes, bancos entre outros).

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Saldos em sua maioria relacionados com as cotas recebidas e disponibilizadas pela STN nas fontes 0100, 0153, 0156 e 0169.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Grupo relacionado com indenizações e restituições no qual os pagamentos de ajuda de custos e auxílio moradia compõem a quase totalidade de seu saldo.

RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do Resultado Patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPAs) e das variações patrimoniais diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às receitas tributárias e transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/ Déficit do

Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 11 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	DEZ21 (R\$)	DEZ20 (R\$)	AH (%)
(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)	2.178.433.013,75	1.973.934.288,00	10,36%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	47.881.807,06	44.003.378,68	8,81%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.087.715,79	1.033.643,12	5,23%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	974,86	179,87	441,98%
Transferências e Delegações Recebidas	2.106.790.126,13	1.891.812.016,48	11,36%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.297.589,14	278.689,81	724,43%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	19.911.639,97	33.727.180,54	-40,96%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.760.749,94	3.357.889,31	-17,78%

A variação significativa observada no grupo patrimonial 'Outras Transferências e Delegações Recebidas' decorre da transferência via SIAFI, vide conta 459120100 (Doações/Transferências Recebidas), do imóvel RIP nº 9701237085005, valor R\$ 2.242.052,35, realizado pela Superintendência do Patrimônio da União – SPU (UG 170021) ao STJ. O estorno ocorreu por meio das notas de lançamento 2021NL800009 e 2021NL800010, ver conta SIAFI 35912.01.00 - Doações/Transferências Concedidas. Houve repercussão contábil no mesmo na conta de VPD 'Outras Transferências e Delegações Concedidas' das Variações Patrimoniais Diminutivas. Em relação à variação do item 'Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos' tem-se que as reavaliações no presente exercício, total de 9.009.788,08, foram em volume menor do que àquelas observadas em 2020 (R\$ 16.816.756,94 e 10.031.609,96) ver contas SIAFI 46111.01.00 e 46111.02.00.

NOTA 12 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	DEZ21 (R\$)	DEZ20 (R\$)	AH (%)
(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	2.143.569.366,42	1.855.001.042,43	15,56%
Pessoal e Encargos Sociais	942.363.723,85	869.214.516,61	8,42%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	410.607.066,39	396.259.082,54	3,62%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	271.999.577,62	325.460.860,59	-16,43%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	323,28	-100,00%
Transferências e Delegações Concedidas	160.709.614,45	127.686.261,77	25,86%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.685.051,44	777.802,13	245,21%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	309.782.886,42	12.936.700,30	2294,61%
Tributárias	243.537,91	173.067,33	40,72%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	47.862.959,78	123.270.230,01	-61,17%

Enorme variação de 2.294,61% no Item “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” tem como maior justificativa o estorno de saldo contábil realizado pela SPU conforme justificativas informadas na Nota anterior, ver conta SIAFI 36412.01.00. Já a variação de -61,17% no item “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas” se deve ao não registro de provisões para pagamento de RPV’s na UG do STJ, mas sim nas respectivas UGs de origem do débito.

IV – 3) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Apresenta o demonstrativo das receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo. Evidenciam, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (R\$)

RECEITAS	NE	PREV. INC.(a)	PREV. ATUALIZ.(b)	RECEITAS REALIZ.(c)	SALDO (d)=(c-b)
Receitas Correntes	13	917.672,00	917.672,00	33.981.410,27	33.063.738,27
Receitas Tributárias		-	-	33.517.263,05	33.517.263,05
Receitas de Serviços		10.106,00	10.106,00	12.686,91	2.580,91
Outras Receitas Correntes		907.566,00	907.566,00	451.460,31	-456.105,69
Subtotal com Financ.		917.672,00	917.672,00	33.981.410,27	33.063.738,27
Déficit	14			1.919.401.368,25	1.919.401.368,25
TOTAL		917.672,00	917.672,00	1.953.382.778,52	1.952.465.106,52

DESPESAS	NE	DOT. INICIAL	DOT. ATUALIZ.	DESP. EMP	DESP LIQ	DESP PAGAS	SD DA DOT.
Desp. Corrente		1.643.944.426,00	1.629.819.174,00	1.942.595.699,89	1.905.744.704,11	1.888.257.447,33	-312.776.525,89
Pes/Enc. Sociais		1.255.630.305,00	1.256.505.053,00	1.562.206.867,74	1.562.206.867,74	1.556.141.564,32	-305.701.814,74
Out. Desp. Corr.		388.314.121,00	373.314.121,00	380.388.832,15	343.537.836,37	332.115.883,01	-7.074.711,15
Desp de Capital		40.430.896,00	40.430.896,00	10.787.078,63	6.255.106,69	6.255.106,69	29.643.817,37
Res. de Conting.		-	-	-	-	-	-
TOTAL	15	1.684.375.322,00	1.670.250.070,00	1.953.382.778,52	1.911.999.810,80	1.894.512.554,02	-283.132.708,52

DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (R\$)

NÃO PROCESSADOS	NE	INSC EX.. ANT (A)	INSC 31.12.20 (B)	LIQUID. (C)	PAGOS (D)	CANC. (E)	SD (F=A+B-D-E)
Despesas. Correntes		1.676.616,60	30.307.546,74	22.684.190,21	22.391.031,31	8.078.007,28	1.515.124,75
Pes/Enc. Sociais		-	7.992.023,68	5.297.233,38	5.297.233,38	2.429.394,30	265.396,00
Out. Desp. Correntes		1.676.616,60	22.315.523,06	17.386.956,83	17.093.797,93	5.648.612,98	1.249.728,75
Despesas de Capital		1.815.049,03	5.645.691,36	5.364.220,39	5.341.808,04	2.096.520,00	22.412,35
Investimentos		1.815.049,03	5.645.691,36	5.364.220,39	5.341.808,04	2.096.520,00	22.412,35
TOTAL	16	3.491.665,63	35.953.238,10	28.048.410,60	27.732.839,35	10.174.527,28	1.537.537,10

PROCESSADOS /NÃO PROC LIQUIDADOS	NE	INSC EM EX. ANT.	INSCR. EM 31.12.20	PAGOS	CANCELADOS	SALDOS
Despesas Correntes		2.638.639,15	73.532.464,02	2.799.255,77	-	73.371.847,40
Outras Despesas Correntes		2.638.639,15	73.522.000,38	2.788.792,13	-	73.371.847,40
Despesas de Capital		80.774,79	31.705,31	31.705,31	-	80.774,79
Investimentos		80.774,79	31.705,31	31.705,31	-	80.774,79
TOTAL	16	2.719.413,94	73.564.169,33	2.830.961,08	-	73.452.622,19

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Ao se confrontar, num dado momento, as receitas e despesas previstas na lei orçamentária para o STJ com àquelas efetivamente realizadas é possível concluir se houve superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário neste Órgão.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 13 – RECEITAS CORRENTES

As receitas realizadas, rotineiramente, superam suas previsões atualizadas e isso ocorre porque o STJ não possui autonomia para atualizar as referidas previsões, competência esta da Secretaria-Adjunta de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal SEAFI/SOF (Portaria nº 02, de 17 de fevereiro de 2017 – DOU – Seção 01 nº 37, terça-feira, 21 de fevereiro de 2017) do Ministério da Economia. A STN, após consulta desta Setorial, ratificou as referidas impropriedades, conforme se observa na mensagem (comunica SIAFI) 2017/1518536.

NOTA 14 – DÉFICIT EM RECEITAS REALIZADAS

Essa linha apresenta a diferença entre as receitas realizadas (R\$ 1.953.382.778,52) e as despesas empenhadas (R\$ 1.953.382.778,52) com finalidade de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário. O déficit de arrecadação do STJ decorre do fato de o Tribunal não ser órgão arrecadador de receita

NOTA 15 – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 1. O Orçamento aprovado para esta Corte na LOA 2021 foi de R\$ 1.684.375.322,00 (Lei nº 14.144/2021), representando um aumento de aproximadamente 3,61% da dotação aprovada no exercício anterior.
- 2. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 e em créditos adicionais, são integralmente descentralizadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal ao STJ, conforme comandos do Art. 32 da Lei nº 13.898/2019 - LDO.
- 3. As movimentações externas de crédito, enquadradas como destaques recebidos e concedidos, somaram R\$ 431.507.522,28 e R\$ 3.145.731,85 respectivamente. Houve uma provisão concedida para Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM – no valor de R\$ 10.059.237,00.

- 4. Em 2021, não houve bloqueio de créditos para contingenciamento.

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 1. Os Saldos finais das movimentações de créditos no final do exercício foram: a) crédito inicial originário do OGU: R\$ 1.684.375.322,00; b) dotação atualizada: R\$ 1.670.250.070,00 c) crédito adicional suplementar do OGU, R\$ 57.316.189,00; d) destaque recebido, R\$ 431.507.522,28; e) anulação de dotação, R\$ 57.316.189,00; f) crédito indisponível, R\$ 0,00; e g) destaque concedido, R\$ 3.145.731,85; h) disponibilidades de crédito: R\$ 2.098.611.860,43. Dessa forma, os créditos disponíveis para utilização deste STJ em 2021 mas que não foram empenhados encerraram o exercício com o saldo de R\$ 145.229.081,91 (6,92% do total das disponibilidades de crédito). Já os créditos utilizados totalizaram R\$ 1.953.382.778,52, sendo que, deste total, R\$ 1.894.512.554,02 foram empenhados, liquidados e pagos em 2021, R\$ 17.487.256,78 inscritos em restos a pagar processados e R\$ 41.382.967,72 inscritos em restos a pagar não processados.
- 2. O Anexo VIII demonstra a evolução da execução orçamentária detalhada da UO 11101 registrada na LOA de 2021.

NOTA 16 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

No quadro “Execução dos Restos a Pagar não Processados”, a soma dos restos a pagar de exercícios anteriores e daqueles inscritos em 31.12.2020 totalizou R\$ 39.444.903,73 dos quais cerca de 70,31% foram pagos e aproximadamente 25,8% cancelados. Dos empenhos pagos, destacam-se os valores de: R\$ 7.433.629,54 referente a diversas despesas com assistência médica dos servidores deste STJ, (ver Empenho 2020NE001919) e R\$ 3.230.047,65 referente a despesas com folha de pagamento (Empenho 2020NE000004). No quadro “Execução dos Restos a Pagar Processados e não Liquidados”, evidencia-se o valor de R\$ 1.835.303,61, Empenho 2015NE000342, ainda não pago em decorrência de pendências judiciais em desfavor do CNPJ 07171299/0001-96 referente ao Contrato STJ 14/2015, Processo STJ 10627/2015 e R\$ 70.662.386,24, Empenho 2020NE001215, referente a sentenças judiciais de competência de 2020 que não foram pagas em virtude de pendência judicial ainda não deliberada. Com o novo regime fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016, fez-se necessária melhor gestão dos restos a pagar, já que concorrem diretamente, em cada exercício, com as despesas pagas referentes ao orçamento anual, para fins de limite de pagamento da despesa. Neste contexto, a Setorial Contábil do STJ monitora no decorrer do exercício a execução dos empenhos inscritos em restos a pagar conforme instruções nos Processos STJ 18218/2020 e 117/2021.

Na seção DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR são apresentados dois quadros: 1. NÃO PROCESSADOS e 2. PROCESSADOS/NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS, o total de inscrições em restos a pagar, processados e não processados, no encerramento do exercício anterior, foi R\$ 35.953.238,10 + 73.564.169,33, totalizando R\$ 109.517.407,43. A composição dos saldos são: a) Grupo 3.1.0.0.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 7.992.023,68; Grupo 3.3.0.0.00.00 – Outras Despesas Correntes (R\$ 22.315.523,06+73.532.000,38 = R\$ 95.847.987,08) e Grupo Investimentos 4.4.0.0.00.00 –

Investimentos (R\$ 5.645.691,36+ R\$ 31.705,31 = R\$ 5.677.396,67). Os restos a pagar reinscritos, não processados e processados, foram respectivamente R\$ 3.491.665,63 e R\$ 2.719.413,94.

A Lei de Responsabilidade Fiscal no art. 55 dispõe que o Relatório de Gestão Fiscal quadrimestral conterá, dentre outras informações, àquelas relacionadas com o demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar referente às despesas liquidadas, às empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa. Os demonstrativos desta Corte podem ser consultado no endereço <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Transparencia/Relatorios-de-gestao/Relatorio-de-Gestao-Fiscal-quadrimestral> .

IV -4) BALANÇO FINANCEIRO

É o demonstrativo contábil no qual se confrontam num dado momento, as receitas e despesas orçamentárias deste Tribunal, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que irão se transferir para o exercício seguinte.

DOS INGRESSOS

DESCRIÇÃO	NE	2021 (R\$)	2020 (R\$)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		33.981.410,27	31.379.754,37
Vinculadas		34.091.651,47	31.446.302,44
Outros Recursos Vinc a Órgãos e Programas		34.091.453,91	31.446.302,44
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-110.241,20	-66.548,07
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		2.104.492.536,99	1.891.533.326,67
Resultantes da Execução Orçamentária		2.104.176.344,70	1.891.342.808,02
Cota Recebida		2.069.685.185,62	1.880.050.527,73
Repasse Recebido		3.897.021,28	3.698.854,12
Sub-repasse Recebido		27.842.504,20	7.593.426,17
Sub-repasse Devolvido		2.751.633,60	-
Independentes da Execução Orçamentária		316.192,29	190.518,65
RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS		77.072.460,87	126.732.954,39
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		17.487.256,78	73.493.299,45
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		41.382.967,72	35.953.238,10
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.476.494,73	654.138,81
Outros Recebimentos Extraorçamentários		16.725.741,64	16.632.278,03
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		296.292.142,94	186.483.807,36
Caixa e Equivalentes de Caixa		296.292.142,94	186.483.807,36
TOTAL		2.511.838.551,07	2.236.129.842,79

DOS DISPÊNDIOS

DESCRIÇÃO	NE	2021 (R\$)	2020 (R\$)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		1.953.382.778,52	1.759.581.562,34
Ordinárias		1.435.215.514,92	1.060.556.693,14
Vinculadas		518.167.263,60	699.024.869,20
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		147.981.593,55	123.203.431,17
Resultantes da Execução Orçamentária		96.971.496,10	75.011.528,57
Repasse Concedido		3.145.731,85	6.539.783,57
Sub-repasse Concedido		27.842.504,20	7.593.426,17
Cota Devolvida	17	63.231.626,45	60.878.318,83
Sub-repasse Devolvido		2.751.633,60	-
Independentes da Execução Orçamentária		51.010.097,45	48.191.902,60
DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS		35.948.661,49	57.052.706,34
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		2.830.961,08	1.884.575,02
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		27.732.839,35	50.810.715,22
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.488.238,58	658.561,98
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	18	374.525.517,51	296.292.142,94
Caixa e Equivalentes de Caixa		374.525.517,51	296.292.142,94
TOTAL		2.511.838.551,07	2.236.129.842,79

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do STJ. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme arts. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Desta forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 17 – COTA DEVOLVIDA

Devolução destes recursos financeiros decorreu basicamente de cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores e não pagamento de parte dos precatórios e RPV's arrolados para o exercício de 2021 conforme se pode observar em consulta ao razão da conta 35112.08.01, Documentos 2021PF000031 e 2021PF000047. Quanto aos precatórios e RPV's, registre-se que, embora esses recursos sejam geridos por este órgão, os mesmos não fazem parte do orçamento aprovado para o STJ na LOA 2021, mas sim do Ministério da Economia que, por conveniência da Administração, os repassa por destaque orçamentário para que sejam executados por este tribunal.

NOTA 18 – SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE/CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O saldo informado, no valor de R\$ 374.525.517,51, refere-se à soma das cauções registradas a título de garantia contratual na Conta Caixa Econômica Federal e do saldo da Conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. Registre-se que o montante de recursos financeiros recebidos no Exercício de 2021 corresponde ao total da dotação atualizada para este STJ, em consonância com a Lei Orçamentária Anual - LOA, e inclui os recursos referentes à soma dos empenhos inscritos em restos a pagar e ao saldo remanescente de recursos financeiros não utilizados e que serão diferidos assim que finalizarem os procedimentos atinentes ao efetivo encerramento do exercício. Procedeu-se à análise da gestão financeira, conforme Anexo IX, concluindo: **1)** Não houve inversões de saldos nas fontes dos recursos financeiros no encerramento do exercício; **2)** O montante de destaques recebidos e não utilizados soma R\$ 69.923.442,74; **3)** Do total de créditos recebidos, não foram utilizados o correspondente a R\$ 145.229.081,91.

IV – 5) DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Relaciona as saídas e as entradas de recursos em espécie no caixa, classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, durante o período, e indica também o resultado desses fluxos.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	89.861.994,61	140.559.084,95
		2021 (R\$)	2020 (R\$)
INGRESSOS	19	2.156.676.183,63	1.940.199.497,88
Receita Tributária		33.517.263,05	30.802.411,90
Receita de Serviços		12.686,91	10.648,45
Outras Receitas Derivadas e Originárias		451.460,31	566.694,02
Outros Ingressos das Operações		2.122.694.773,36	1.908.819.743,51
Ingressos Extraorçamentários		1.476.494,73	654.138,81
Transferências Financeiras Recebidas		2.104.492.536,99	1.891.533.326,67
Arrecadação de Outra Unidade		16.725.741,64	16.632.278,03
DESEMBOLSOS		-2.066.814.189,02	-1.799.640.412,93
Pessoal e Demais Despesas		-1.746.822.400,18	-1.537.187.838,78
Judiciário		-1.009.790.876,00	-982.138.747,00
Previdência Social		-412.029.132,55	-411.138.334,23
Ciência e Tecnologia		-10.123,92	-
Encargos Especiais		-324.992.267,71	-143.910.757,55
Transferências Concedidas		-166.625.334,23	-134.891.726,88
Intragovernamentais		-160.478.987,25	-134.885.552,53
Outros Desembolsos das Operações		-153.366.454,61	-127.560.847,27
Dispêndios Extraorçamentários		-1.488.238,58	-658.561,98
Transferências Financeiras Concedidas		-147.981.593,55	-123.203.431,17
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-11.628.620,04	-30.750.749,37
		2020 (R\$)	2020 (R\$)
DESEMBOLSOS		-11.628.620,04	-30.750.749,37
Aquisição de Ativo Não Circulante		-3.831.789,84	-23.130.619,06
Outros Desembolsos de Investimentos		-7.796.830,20	-7.620.130,31
Geração Líquida De Caixa e Eq. de Caixa		78.233.374,57	109.808.335,58
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		296.292.142,94	186.483.807,36
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		374.525.517,51	296.292.142,94

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período. Em **dezembro** de 2021, o valor do fluxo de caixa líquido do STJ correspondeu à soma dos Fluxos Operacional e de Investimento, perfazendo a monta de R\$ 78.233.374,57. Esse resultado somado à rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa Inicial” do exercício, no valor de R\$ 296.292.142,94, revelou um montante de R\$ 374.525.517,51. Tal valor encontra-se conciliado com o montante registrado na rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” do Balanço Patrimonial (BP) e no “Saldo para Exercício Seguinte”, apurado no Balanço Financeiro (BF), salientando que boa parte do valor da rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” é referente às disponibilidades financeiras para fazer frente às despesas inscritas em Restos a Pagar. Até o presente período, não houve fluxo de caixa de atividades de financiamento, ou seja, não houve operações de crédito ou outras atividades congêneres.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 19 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

Consta desta parte do demonstrativo o registro das receitas derivadas e originárias relacionadas com a cobrança das custas devidas à União que tenham como fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense no âmbito deste Tribunal quando do ingresso de recursos originários e/ou recursal no STJ (Lei 11.636/2007), bem como as cotas financeiras recebidas até a presente data, no decorrer do exercício, para custear a execução orçamentária deste Órgão.

ANEXOS

ANEXO I RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES

FONTE	DEZEMBRO/2021 (R\$)	%
0100 - Recursos Ordinários	236.788.158,80	63,2401%
0127 - Custas e Emolumentos (Poder Judiciário)	6.938.353,01	1,8531%
0144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	70.662.386,24	18,8721%
0150 - Recursos não Financ. Diretamente Arrecadados	5.367.665,94	1,4336%
0151 - Recursos Livres da Seguridade Social	35.306.258,85	9,4294%
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	72.431,97	0,0193%
0169 - Contrib. Patronal P/ Plano Segurid. Soc. Serv.	17.000.000,00	4,5403%
0175 - Taxas por Serviços Públicos	1.551.310,90	0,4143%
0350 - Rec não Financ. Diret. Arrecadados (Exerc. Ant.)	740.800,90	0,1978%
TOTAL	374.427.366,61	100,00%

ANEXO II

RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO - RMA

MOVIMENTAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 2021 (R\$)				DEZ/2020 (R\$)	%
MATERIAIS DE CONSUMO	ENTRADAS	SAÍDAS	SDO FINAL	SDO FINAL	VAR 2021/2020
Comb. e Lubrificantes Automotivos	691.706,56	691.706,56	0,00	0,00	0,00%
Comb. e Lubrif. p/ Out. Finalidades	192,00	192,00	0,00	0,00	0,00%
Explosivo e Munições	169.800,00	169.800,00	0,00	0,00	0,00%
Gás e Outros Materiais Engarrafados	8.945,40	8.945,40	0,00	0,00	0,00%
Gêneros de Alimentação	615.062,96	649.564,46	0,00	34.501,50	-100,00%
Material Farmacológico	220.932,73	220.932,73	0,00	0,00	0,00%
Material Odontológico	10.661,71	3.540,01	8.860,30	1.738,60	409,62%
Material Químico	3.500,00	6.980,75	0,00	3.480,75	-100,00%
Material Educativo e Esportivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Mat. I para Festividades e Homenagens	18.150,00	18.164,00	84,50	98,50	-14,21%
Material para Expediente	56.940,14	118.350,48	213.748,90	275.159,24	-22,32%
Material de Processamento Dados	109.192,11	618.288,80	152.532,66	661.629,35	-76,95%
Mat. de Acond. e Embalagem	54.802,69	21.525,05	60.062,67	26.785,03	124,24%
Material de Cama, Mesa e Banho	6.714,00	6.714,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Copa e Cozinha	44.777,72	43.895,54	52.477,25	51.595,07	1,71%
Mat. de Limp.e Prod. de Higienização	784.103,36	723.734,62	277.635,44	217.266,70	27,79%
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	9.096,00	9.096,00	0,00	0,00	0,00%
Material para Man. de Bens Imóveis	199.048,45	209.719,72	408.447,19	419.118,46	-2,55%
Material para Man. de Bens Móveis	138.927,84	149.165,08	70.776,53	81.013,77	-12,64%
Material Elétrico e Eletrônico	135.806,89	205.740,07	867.603,08	937.536,26	-7,46%
Material de Proteção e Segurança	94.422,92	94.576,82	2.996,85	3.150,75	-4,88%
Material para Áudio, Vídeo e Foto	399,60	534,20	1.357,83	1.492,43	-9,02%
Mat. para Comunicações	44.560,80	152.764,12	933.460,51	1.041.663,83	-10,39%
Sem. Mudanças de Plantas e Insumos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material Hospitalar	144.434,42	86.353,95	84.498,74	26.418,27	219,85%
Material para Manutenção de Veículos	287.607,15	324.074,01	0,00	36.466,86	-100,00%
Material p/ Utilização em Gráfica	6.354,00	5.214,20	8.281,10	7.141,30	15,96%
Ferramentas	933,32	943,50	9.121,25	9.131,43	-0,11%
Material p/ Reabilitação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Sinalização Visual e Outros	9.410,00	9.626,72	288,96	505,68	-42,86%
Material Bibliográfico	215.540,67	215.540,67	0,00	0,00	0,00%
Bandeiras, Flamulas e Insignias	5.280,00	5.280,00	0,00	0,00	0,00%
Outros Materiais de Consumo	50.678,14	47.385,56	3.292,58	0,00	-100,00%
TOTAL	4.137.981,58	4.818.349,02	3.155.526,34	3.835.893,78	-17,74%

ANEXO III

RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS - RMB

MOVIMENTAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 2021 (R\$)				DEZ/20 (R\$)	VAR(%)21/20
DESCRIÇÃO	ENTR/REAVL	SAÍDAS/BX DEPR/RED A VALOR RECUP.	SALDO FINAL	SALDO FINAL	%
Aeronave	0,00	0,00	5.893,02	5.893,02	0,00%
Aparelhos Medição e Orientação	3.763,00	3.133,22	65.558,08	64.928,30	0,97%
Aparelhos e Equip. de Comunicação	1.298,00	3.633,98	4.822.378,09	4.824.714,07	-0,05%
Aparelhos Médicos e Odontológicos	133.891,71	15.043,17	624.855,07	506.006,53	23,49%
Aparelhos Esportes e Diversão	7.600,00	0,00	10.420,66	2.820,66	269,44%
Aparelhos Domésticos	81.560,43	18.138,73	727.289,21	663.867,51	9,55%
Armamentos	0,00	16.825,95	286.934,41	303.760,36	-5,54%
Coleção e Materiais Bibliográficos	0,00	0,00	808.754,00	808.754,00	0,00%
Equipamentos de Segurança	469.379,00	2.201,79	4.005.135,04	3.537.957,83	13,20%
Equipamentos Energéticos	20.174,00	332,81	706.644,19	686.803,00	2,89%
Equipamentos Gráficos	0,00	253,62	60.567,19	60.820,81	-0,42%
Equipamentos de Áudio e Vídeo	599.757,57	14.417,87	12.602.483,45	12.017.143,75	4,87%
Máquinas, Aparelhos e Eq. Diversos	0,00	0,00	57.819,03	57.819,03	0,00%
Material TIC	6.658,10	193.212,29	21.494.748,38	21.681.302,57	-0,86%
Máquinas de escritório	9.496,00	3.202,98	198.172,46	191.879,44	3,28%
Ativos de rede	0,00	0,00	6.026.542,32	6.026.542,32	0,00%
Máquinas de oficina	629,00	5.839,94	109.981,53	115.192,47	-4,52%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	0,00	0,00	704.395,71	704.395,71	0,00%
Computadores	339,35	3.838,24	516.231,56	519.730,45	-0,67%
Mobiliário em Geral	126.768,24	163.790,19	6.591.356,68	6.628.378,63	-0,56%
Servidores (Storage)	2.121.600,00	0,00	11.301.239,86	9.179.639,86	23,11%
Obras de Arte	16.809,92	0,00	416.972,01	400.162,09	4,20%
Impressoras	0,00	0,00	92.135,01	92.135,01	0,00%
Telefonia	242.875,00	0,00	1.165.783,98	922.908,98	26,32%
Veículos Diversos	14.712,90	1.581,53	238.969,45	225.838,08	5,81%
Peça não Incorporadas ao Imóvel	0,00	0,00	6.308,00	6.308,00	0,00%
Veículos de Tração Mecânica	0,00	153.790,55	11.190.012,45	11.343.803,00	-1,36%
Outros Materiais Permanentes	0,00	0,00	18,98	18,98	0,00%
TOTAL	3.857.312,22	599.236,86	84.837.599,82	81.579.524,46	3,994%

*Por incompatibilidade entre o SIAFI e o Sistema de Gestão Patrimonial do STJ, os saldos destes grupos encontram-se na conta Material de TIC

ANEXO IV

Bens em Poder de Terceiros	Valor de Entrada (R\$)	Valor Liq Contábil (R\$)
Sala da AGU	8.928,98	2.775,75
Sala da Defensoria Pública da União	18.807,32	6.579,06
Sala da Engemil	258.132,11	65.268,01
Sala da Gráfica Digital	238.119,73	86.695,21
Sala da RDS Tecnologia	125.782,91	73.821,09
Sala da Staefa	45.499,68	19.703,40
Sala dos Estoquistas	68.304,35	29.289,29
Sala do Uniceub	320,50	66,79
Uniserve Comércio e Serviços Terceirizados Ltda – ME	34.477,35	33.325,13
Estúdio Fotográfico	321.086,59	148.691,42
GSI Serviços Especializados Ltda	39.732,32	13.414,45
Plansul Planejamento e Consultoria EIRELI	5.743.238,00	1.033.043,61
Restaurante	843.658,12	159.758,66
Total	7.746.084,96	1.672.431,87

Cedidos a outros Órgãos	Valor Total (R\$)	Valor Total Geral (R\$)
Supremo Tribunal Federal	14.500,00	1.149,80
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	325.670,00	6.209,22
Seção Judiciária de Alagoas – TRF5	86.967,60	83.054,13
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Fórum Criminal Barra Funda	33.780,00	31.463,25
Total	460.917,60	121.876,40

Em processo de Localização	Valor de Entrada (R\$)	Valor Liq Contábil (R\$)
Diversos	51.725,95	6.655,31

Termos de Cessão de Uso	Receitas (Janeiro a Dezembro)
Sicoob Judiciário – Termo de Cessão de Uso 02/2018	R\$ 18.968,99
Banco Santander - Termo de Cessão de Uso 02/2017	R\$ 162.861,64
Banco do Brasil - Termo de Cessão de Uso 04/2017	R\$ 356.723,48
Banco Bradesco - Termo de Cessão de Uso 03/2017	R\$ 136.804,63
Banco Itaú/Unibanco – Termo de Cessão de Uso 02/2020	R\$ 2.837,92
Caixa Econômica Federal - Termo de Cessão de Uso 02/2016	R\$ 252.335,34
ECT - Termo de Cessão de Uso 01/2017	R\$ 31.868,30
ASAJUS - Termo de Cessão de Uso 01/2018	R\$ 2.945,36
UNICEUB - Termo de Cessão de Uso 15/2019	R\$ 6.089,96
ASSTJ – Termo de Cessão de Uso 04/2015	R\$ 8.118,39
Taioba – Termo de Cessão de Uso 01/2019	R\$ 32.000,00
Decolando – Termo de Cessão de Uso 05/2020	R\$ 1.916,28
Total	R\$ 1.013.470,29

* Até o momento não foram apresentados valores pela unidade gestora.

ANEXO V DOS BENS IMÓVEIS

IMOBILIZADO		
DESCRIÇÃO	INSCRIÇÃO (RIP)	DEZEMBRO/2021 (R\$)
Sede do Superior Trib. de Justiça - SAF Sul Qd 06 Lote 01	9701052595007	247.757.436,69
Sede da Ass. dos Serv. do STJ - SCES Trecho 1 Lt 1-B Clube	9701052675000	1.000.523,59
Residencial - SHIS QL 14 Conjunto 10 nº 06	9701050905009	1.558.636,91
Garagem - SGON q.2 Lts 10 e 20	9701002515000	1.195.722,37
Garagem - SGON q.3 Lts 50 e 80	9701158125004	1.469.290,21
Terreno - SCEES Trecho 3 Lt 07	9701337945006	65.072.468,12
Armazém/Galpões - SGON q. 4 Lt 5	9701237085005	2.242.052,35
TOTAL		320.296.130,24

ANEXO VI TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADAS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR REG.*	SALDO REPASSADOS**	SD ATUAL A REP
ED1AADJQ	STJ-CNJ 07/2020 Reunião Rede Global Int. Judicial	300.000,00	300.000,00	0,00
ED1AAFSW	STJ-UNB 05/2021 Mestrado para Servidores do STJ	2.267.094,08	566.400,71	1.700.693,37
688941	STF-STJ 05/2016 TV Justiça	76.747,00	33.386,43	43.360,57
696798	STJ-CJF 11/2018 Serviços Gráficos	1.140.000,00	503.310,80	636.689,20
698340	STJ-UNB 02/2019 Pós-Graduação para Servidores do STJ	1.941.191,73	1.566.812,35	374.379,38
699768	STJ-SF 01/2020 Ressarc. Desp. Imóveis Funcionais	1.050.655,20	989.367,00	61.288,20
ED1AADQH	ENFAM-UFRN 26/2020 Integração Rede Pública SIG-UFRN	393.575,88	393.575,88	0,00
ED1AAEHP	ENFAM-CJF 01/2021 Locação de Cerimonialista	146.532,81	87.919,69	58.613,12
TOTAL		7.419.092,59	4.440.772,86	2.875.023,84

*Valores Firmados (71221.02.01)

**Saldo Repassados (81221.02.02 + 81221.02.03).

ANEXO VII
Passivos de Precatórios 02.07.2021 – 31.12.2021

UG	Denominação/Doc SIAFI		Saldo (R\$)
510002	Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	2021PA000571	126.168,64
170013	Ministério da Economia	2021PA000573	177.938,41
110407	Ministério da Defesa	2021PA000574	421.765,59
170013	Ministério da Economia	2021PA000575	58.577.034,95
250088	Ministério da Saúde	2021PA000576	864.190,48
170013	Ministério da Economia	2021PA000577	5.093.025,94
170013	Ministério da Economia	2021PA000578	733.338,77

Passivos de Precatórios – LOA 2022

UG	Denominação/Doc SIAFI		Saldo (R\$)
110060	Advocacia Geral da União – AGU	2021PA000271	633.526,74
113802	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS	2021PA000272	1.417.723,37
373001	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	2021PA000273	101.099,52
510001	Instituto Nacional de Seguridade Social	2021PA000274	341.409,60
170013	Ministério da Economia	2021PA000275	28.523.098,82
130101	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	2021PA000276	1.609.642,36
130101	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	2021PA000277	12.939.694,28
240102	Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações	2021PA000278	1.962.287,91
110407	Ministério da Defesa	2021PA000279	39.416,25
110407	Ministério da Defesa	2021PA000280	28.592.911,22
772001	Marinha	2021PA000282	230.917,41
150014	Ministério da Educação	2021PA000283	146.923,38
170013	Ministério da Economia	2021PA000284	156.361,63
200094	Ministério da Justiça	2021PA000285	6.131.892,87
330002	Ministério do Trabalho e Previdência Social	2021PA000286	2.122.687,09
250088	Ministério da Saúde	2021PA000287	12.668.891,66
280102	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Extinto)	2021PA000288	65.287,91
440002	Ministério do Meio Ambiente	2021PA000289	68.325,01
201002	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2021PA000290	113.007.923,34
400042	Ministério do Trabalho e Emprego (Extinto)	2021PA000291	30.466,48
390002	Ministério da Infraestrutura	2021PA000292	1.048.466,27
173039	Superintendência de Seguros Privados	2021PA000293	293.973,63
154046	Universidade Federal de Ouro Preto	2021PA000294	439.853,77
510002	Instituto Nacional de Seguridade Social	2021PA000295	210.335,29
170013	Ministério da Economia	2021PA000297	5.952.868,10
510002	Instituto Nacional de Seguridade Social	2021PA000422	184.359,21
170013	Ministério da Economia	2021PA000423	2.820.964,87
170013	Ministério da Economia	2021PA000424	616.617.702,75
170013	Ministério da Economia	2021PA000425	44.655.727,59
170013	Ministério da Economia	2021PA000426	389.543,82
120002	Aeronáutica	2021PA000440	1.089.619,23

ANEXO VIII EXECUÇÃO DA LOA 2021

TOTAL AUTORIZADO		R\$ 1.684.375.322,00					
	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (R\$)	SD EXEC %				
PROGRAMA							
0033 – Programa de Gestão e Manutenção do Judiciário	1.680.415.893,00	1.545.698.898,16	91,98%				
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	168.744,00	49.500,00	29,33%				
0999 - Reserva de Contingência	3.790.685,00	0,00	0,00%				
FUNÇÃO							
02 – Judiciária	1.249.449.802,00	1.134.190.807,67	90,78%				
09 - Previdência Social	430.966.091,00	411.508.090,49	95,49%				
28 - Encargos Especiais	168.744,00	49.500,00	29,33%				
99 - Reserva de Contingência	3.790.685,00	0,00	0,00%				
SUBFUNÇÃO							
061 - Ação Judiciária	314.210.326,00	193.699.208,83	61,65%				
122 - Administração Geral	690.788.825,00	690.679.466,50	99,98%				
128 - Formação de Recursos Humanos	10.059.237,00	9.093.801,57	90,40%				
272 - Previdência do Regime Estatutário	430.966.091,00	411.508.090,49	95,49%				
301 - Atenção Básica	100.576.045,00	106.883.718,28	106,27%				
846 - Outros Encargos Especiais	133.984.113,00	133.884.112,49	99,93%				
999 - Reserva de Contingência	3.790.685,00	0,00	0,00%				
GRUPO DE DESPESA							
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.255.630.305,00	1.234.065.048,54	98,28%				
3 - Outras Despesas	388.314.121,00	305.429.843,97	78,66%				
4 – Investimentos	40.430.896,00	6.253.505,65	15,47%				
9 - Reserva de Contingência	-	-	0,00%				
FONTE POR GRUPO DE DESPESA							
Fonte	1 – PESSOAL	3 – O.D.C	4 – INVEST	9– RES	TOTAL	EXECUTADO	%
100	812.556.958,05	239.320.891,22	6.227.810,57	-	1.154.431.083,00	1.058.105.659,84	91,66%
127	0,00	29.819.565,82	0,00	-	36.082.813,00	29.819.565,82	82,64%
150	0,00	0,00	0,00	-	10.106,00	0,00	0,00%
151	127.017.525,49	36.289.386,93	25.695,08	-	198.453.189,00	163.332.607,50	82,30%
156	98.385.816,00	0,00	0,00	-	98.385.816,00	98.385.816,00	100,00%
169	196.104.749,00	0,00	0,00	-	196.104.749,00	196.104.749,00	100,00%
175	0,00	0,00	0,00	-	907.566,00	0,00	0,00%
300	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	1.234.065.048,54	305.429.843,97	6.253.505,65	-	1.684.375.322,00	1.545.748.398,16	91,77%

ANEXO IX GESTÃO FINANCEIRA

QUADRO I – INVERSÃO DE SALDOS
R(\$)

FONTE DE RECURSO DETALHADA	ATIVO FINANCEIRO 111122001 (A)	PASSIVO FINANCEIRO INSCR. EM RP (B)	A – B = C	DDR A UTIL. 821110000 (D)	(C – D)
0100 - Recursos Ordinários	236.788.158,80	36.315.969,06	200.482.189,74	200.482.189,74	0,00
0127 - Custas e Emol. - Poder Judiciário	6.938.353,01	1.020.268,44	5.918.084,57	5.918.084,57	0,00
0144 – Títulos do Tesouro Nacional	70.662.386,24	70.662.386,24	-	-	0,00
0150 - Recursos não-Financ Diret. Arrec.	247.334,93	-	247.334,93	247.334,93	0,00
0150 - Receitas Arrecadadas Diret.- STJ	5.120.331,01	-	5.120.331,01	5.120.331,01	0,00
0151 – Recursos Livres da Seguridade Social	35.306.258,85	25.861.760,05	9.444.498,80	9.444.498,80	0,00
0156 – Contribuição PSSS	72.431,97	-	72.431,97	72.431,97	0,00
0169 – Contribuição Patronal p/ PSSS	17.000.000,00	-	17.000.000,00	17.000.000,00	0,00
0175 -STJ-Ressarc Desp Rem/Ret. Autos	1.551.310,90	-	1.551.310,90	1.551.310,90	0,00
0300 – Recursos Ordinários	-	-	-	-	0,00
0350 – Receitas Arrecadadas Diret. - STJ	740.800,90	-	740.800,90	740.800,90	0,00
TOTAL	374.427.366,61	133.860.383,79	240.576.982,82	240.576.982,82	0,00

QUADRO II – DESTAQUES RECEBIDOS E NÃO UTILIZADOS
R(\$)

PTRES	TOTAL DE DEST. RECEBIDOS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RPP E RPNP	CRÉDITO DISPONÍVEL (CONTA 622110000)
090161	306.545.075,00	306.545.075,00	296.372.402,95	10.172.672,04	0,01
090162	86.473.998,00	27.287.912,91	27.287.912,91	-	59.186.085,09
118658	30.927.777,00	21.553.849,40	21.553.849,40	-	9.373.927,60
118659	3.663.651,00	2.300.220,96	2.300.220,96	-	1.363.430,04
167502	18.346,42	18.346,42	18.346,42	-	-
168305	3.826.615,96	3.826.615,96	3.826.615,96	-	-
168306	-	-	-	-	-
168360	41.934,98	41.934,98	41.934,98	-	-
172658	10.123,92	10.123,92	10.123,92	-	-
TOTAL	431.507.522,28	351.411.407,50	351.411.407,50	10.172.672,04	69.923.442,74

QUADRO III – CRÉDITOS RECEBIDOS E NÃO UTILIZADOS
R(\$)

PTRES	TOTAL DE CRÉDITOS RECEBIDOS (-) DESTAQUES CONCEDIDOS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RPP E RPNP	CRÉDITO DISPONÍVEL (CONTA 622110000)
137438	417.521,00	-	-	-	-
137440	3.373.164,00				
137441	48.744,00	49.500,00	49.500,00	-	-
167510	133.815.369,00	133.834.612,49	133.834.612,49	-	1.273.025,31
167511	-	-	-	-	-
167512	686.938.160,00	686.722.345,56	688.722.345,56	5.856.532,49	5.732.445,95
167513	430.966.091,00	411.508.090,49	411.508.090,49	208.770,93	9.249.229,58
167514	-	-	-	-	-
167515	61.408.919,00	68.254.379,70	68.254.379,70	25.449.385,38	43.194,92
167516	400.000,00	11.958,31	11.958,31	50.000,00	0,60
167517	-	-	-	-	-
167518	-	-	-	-	-
167519	-	-	-	-	-
167520	1.050.665,00	792.798,97	792.798,97	115.000,00	41.866,03
167521	1.300.000,00	1.164.321,97	1.164.321,97	236.678,03	-
167522	500.000,00	-	-	-	500.000,00
167523	500.000,00	-	-	-	500.000,00
167524	500.000,00	-	-	-	500.000,00
167525	203.921.233,00	143.425.076,30	143.425.076,30	9.772.441,45	23.543.480,36
167526	7.173.285,00	7.404.847,59	7.404.847,59	272.068,84	14,94
167527	5.390.000,00	2.015.651,07	2.015.651,07	141.666,44	2.013.828,66
167528	350.000,00	-	-	-	3.200,00
167529	2.535.952,00	1.608.265,56	1.608.265,56	365.041,99	12.328,45
167530	85.240.808,00	35.261.863,08	35.261.863,08	5.399.739,85	22.579.205,07
167531	19.658.285,00	10.430.055,16	10.430.055,16	817.162,88	8.407.137,46
191902	5.513.675,00	5.650.524,00	5.650.524,00	-	113.151,00
191903	120.000,00	-	-	-	120.000,00
191904	199.096,00	4.498,25	4.498,25	-	194.597,75
191905	32.287.622,00	32.289.520,10	32.289.520,10	13.064,18	85.037,72
191906	766.733,00	672.837,92	672.837,92	-	393.895,08
TOTAL	1.684.375.322,00	1.543.101.146,52	1.543.101.146,52	48.697.552,46	145.229.081,91

QUADRO IV - RECURSOS DIFERIDOS
R(\$)

FUNTE RECURSO DETALHADA	TERMO 1 (A)	TERMO 2 (B)	C = (A-B)	D = DIFERIDO RP (822240102) - 2021	C+D	DISP COTA REC. (894210100)
0100 – Recursos Ordinários	1.567.541.584,00	1.467.232.207,57	100.309.376,43	12.416,56	100.321.792,99	100.309.376,43
0127 – Custas e Emolumentos	36.082.813,00	32.702.634,66	3.380.178,34	-	3.380.178,34	3.380.178,34
0144 – Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-
0151 – Recursos Livres da Seguridade Social	198.453.189,00	191.776.602,98	6.676.586,02	-	6.676.586,02	9.369.229,58
0156 – Cont. Plano Seg. Social Servidor	98.385.816,00	98.906.858,06	-521.042,06	-	-521.042,06	-
0169 – Cont. Patronal Plano Seg. Soc. Servidor	196.104.749,00	196.104.749,00	-	-	-	-
0175 –STJ/Ressarc. Desp Porte/Rem/Ret. Auto	400.000,00	-	400.000,00	304.746,25	704.746,25	400.000,00
0300 – Recursos Ordinários	-	-	-	-	-	-
0375–STJ/Ressarc.Desp. Porte/Rem/Ret. Auto	-	-	-	103.484,56	103.484,56	-
TOTAL	2.096.968.151,00	1.986.723.052,27	110.245.098,73	420.647,37	110.665.746,10	113.458.784,35

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARO que as informações das Demonstrações Contábeis constantes do SIAFI, a saber, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 11, DOU de 31/20/2018), **relativas ao exercício de 2021**, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Superior Tribunal de Justiça – Órgão 11.000.

Brasília, 18 de janeiro de 2022.

Alanclei Barros
CONTADOR
CRC – 016293/O-0

Apoio Técnico

Gabriel de Araújo Sobrinho
José Jorge de Lima Neto
Vanôres Ferreira da Silva Júnior